



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

AMANDA PAULINO DO NASCIMENTO ANDRADE

**INDICADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE**

RECIFE

2020

AMANDA PAULINO DO NASCIMENTO ANDRADE

**INDICADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, no curso de Bacharelado em Administração Pública da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia vinculada a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Área da Temática: Gestão Municipal.

Orientador: Prof. Me. Eliabe Roberto de Souza

RECIFE

2020

INDICADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

RESUMO

Os indicadores sociais possuem informações para o enfrentamento de adversidades com vistas ao desenvolvimento local. Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar como os dados referentes à “Saúde”, “Educação” e “Emprego & Renda”, dispostos pela Base de Dados do Estado de Pernambuco e pelo Sistema FIRJAN, retratam o atendimento das necessidades básicas dos munícipes de Vitória de Santo Antão-PE no período de 2013 a 2016. Este estudo encontra bases de investigação na pesquisa descritiva. Os dados foram obtidos de forma secundária na Base de Dados do Estado de Pernambuco e no Sistema FIRJAN. A análise de dados foi baseada em categorias temáticas. Os resultados apontam que há descompasso ou falhas nas ações governamentais municipais adotadas para as dimensões Educação e Emprego & Renda. Com esta pesquisa conclui-se que o indicador social da dimensão “Saúde” retrata atendimento adequado à população de Vitória de Santo Antão-PE, porém, as dimensões de “Educação” e “Emprego & Renda”, merecem atenção quanto ao redimensionamento ou novas propostas de políticas públicas com vistas ao aumento desses índices e, assim, atender de forma eficiente e eficaz, às necessidades básicas da sociedade vitorienne e desta forma efetivar o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Diagnóstico municipal. Educação. Emprego e Renda. Políticas públicas. Saúde.

SOCIAL INDICATORS AND LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

ABSTRACT

Social indicators have information for coping with adversities with a view to local development. This research aimed to investigate how the data regarding "Health", "Education" and "Employment & Income", arranged by the Pernambuco State Database and the FIRJAN System, portray the basic needs of the citizens of Vitória de Santo Antão-PE in the period from 2013 to 2016. This study finds research bases in descriptive research. The data were obtained in a secondary way in the Pernambuco State Database and the FIRJAN System. Data analysis was based on thematic categories. The results indicate that there is a misstep or failure in the municipal government actions adopted for the dimensions Education and Employment & Income. With this research it is concluded that the social indicator of the dimension "Health" portrays adequate care to the population of Vitória de Santo Antão-PE, however, the dimensions of "Education" and "Employment & Income", deserve attention regarding the resizing or new proposals of public policies with a view to increasing these indexes and, thus, meeting efficiently and effectively, the basic needs of Victorian society and thus effecting local development.

Keywords: Municipal diagnosis. Education. Employment and Income. Public policies. Health.

1 INTRODUÇÃO

Ao nos depararmos com um problema social, a primeira reação que temos, geralmente, é tentar fazer comparações com realidades exitosas para trazer soluções que satisfaçam aquela demanda da sociedade. Porém, estamos sujeitos aos equívocos e as subjetividades por se tratar de um posicionamento pessoal.

Queiroz (2009, p.186) chama a atenção que para superar as preferências, os valores e as compreensões pessoais “[...] o suporte de indicadores torna-se imprescindível para diminuir o grau de subjetividade, de imprecisão ou de equívocos de diagnósticos”.

Antes da Segunda Guerra Mundial, para avaliar o grau de civilização dos países do Norte, utilizava-se o nível de produção desses países. Porém, “nos países centrais começa-se a construção dos indicadores sociais e, na área social, existe um aumento da assistência pública e programas antipobreza” (SANTAGADA, 2007, p 114).

No Brasil, os indicadores sociais começaram a ser formalizados no ano de 1973 com a criação do Grupo Projeto de Indicadores Sociais (GPIS), que “[...] teve como objetivo organizar e sistematizar a produção de estatísticas sociais do Brasil [...]” (IBGE, 2018a, p. 9). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi o pioneiro na produção e análise dos indicadores sociais, estando há mais de 40 anos, listando a perspectiva das desigualdades sociais e apresentando o nível de satisfação das pessoas, famílias e grupos.

O desenvolvimento, teoricamente, pode ser considerado sinônimo de crescimento econômico, porém na prática é fundamental agregar ao crescimento índices que mostrem melhorias nas condições de vida da população, como na saúde, educação, segurança e qualidade ambiental, dentre outros. Dessa maneira, “uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda” (SEN, 2010, p.28).

No que diz respeito ao desenvolvimento local, é indispensável à dedicação e/ou envolvimento das pessoas, ou seja, as comunidades devem assumir o papel principal, participando assiduamente desse processo.

Sabe-se, pois, que o gerenciamento municipal deve estar relacionado à satisfação das necessidades da população local, levando em consideração a qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento local baseado na realidade social. Sendo assim questiona-se: De que forma os indicadores de “Saúde”, “Educação” e “Emprego & Renda”, disponibilizados por bancos de dados oficiais, refletem o atendimento das necessidades básicas no Município de Vitória de Santo Antão-PE no período de 2013 a 2016?

O desenvolvimento local é um fenômeno social que abrange vários parâmetros como a inserção no mercado de trabalho, moradia, serviços de saúde, acesso à educação, segurança alimentar e nutricional, lazer, condições ambientais que proporcionem o bem-estar atual e futuro.

Autores e pesquisadores tais como Torres, Ferreira e Dini (2003), Santagada (2007) Muls (2008), Dowbor e Pochmann (2010), Rigueiro (2014), Araújo *et al.* (2017), Abdalla e Faria (2019) têm realizado seus estudos sobre desenvolvimento local e indicadores sociais, porém, verifica-se que há uma lacuna sobre as temáticas apresentadas para o Município de Vitória de Santo Antão-PE.

Também, entende-se que o estudo sobre os indicadores sociais e o desenvolvimento local sobre o Município de Vitória de Santo Antão-PE, pode auxiliar no desenvolvimento, implantação e acompanhamento de futuras políticas públicas e, quiçá, das existentes, além de servir de fomento ao controle social, base para outras pesquisas universitárias e subsídios para outros pesquisadores envolvidos com as temáticas.

Esta pesquisa teve por objetivo geral investigar como os dados referentes à “Saúde”, “Educação” e “Emprego & Renda”, dispostos pela Base de Dados do Estado de Pernambuco e

pelo Sistema FIRJAN, retratam o atendimento das necessidades básicas dos munícipes de Vitória de Santo Antão-PE no período de 2013 a 2016.

Desdobram-se do objetivo geral os seguintes objetivos específicos: identificar situações de desenvolvimento local com base em dados oficiais; relatar evolução de indicadores sociais para o Município de Vitória de Santo Antão-PE e comparar dados dos indicadores e/ou das áreas de desenvolvimento dispostos no Sistema FIRJAN com vistas ao atendimento das necessidades básicas dos munícipes vitorenses.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão dos fenômenos sociais pode ser realizada a partir da utilização de vários mecanismos, artifícios, instrumentos de ordem quantitativa ou qualitativa, dentre eles os indicadores sociais.

De acordo com Barden (2009, p.65), os indicadores sociais “[...] surgiram da necessidade de mensurar e de monitorar os aspectos sociais, sobretudo, a partir dos anos de 1950 a 60, devido ao modelo de modernização e desenvolvimento industrial em vigor, que foi incapaz de resolver os problemas sociais decorrentes desse modelo”.

O termo “indicadores sociais” surgiu nos Estados Unidos no ano 1966, estando anunciado na obra *Social Indicators*, um trabalho coletivo coordenado por Raymond Bauer, que tinha o objetivo de avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana (SANTAGADA, 2007).

No que diz respeito às esferas públicas do Brasil, os indicadores sociais permitem à descentralização tributária e implementação das políticas públicas; o maior poder de fiscalização dos gastos públicos por parte da população, sociedade civil, mídia e sindicatos; o controle no uso dos recursos; a compreensão de novo regime demográfico; a visualização da escassez de recursos e a criação do planejamento urbano, do Plano Plurianual e do Estatuto da Cidade (NASCIMENTO, 2018).

Os indicadores sociais de acordo com Nascimento (2018, p. 13) indicam as condições e mudanças da realidade social que estão sendo executadas, permitindo elaborar e ou remodelar as políticas públicas. Geralmente mensura de forma quantitativa e é utilizado “[...] para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”.

Para Barden (2009, p.65) os indicadores sociais são “[...] ferramentas que auxiliam na mensuração de aspectos da realidade, em um determinado momento ou factíveis de comparações, ao longo de um período, que servirão de base informacional para elaboração de políticas públicas que objetivam a transformação dessa realidade”.

Minayo (2009, p.85) revela que os indicadores se referem aos aspectos tangíveis e intangíveis. Sendo assim, os aspectos “tangíveis são os elementos facilmente observáveis, como renda, escolaridade, forma de organização e gestão, legislação, mecanismos de divulgação”. Por outro lado, os aspectos “intangíveis são os atributos que só podem ser captados indiretamente por meio de suas formas de manifestação, como é o caso do incremento da consciência social, da autoestima, de valores, de atitudes, de liderança, de protagonismo e de cidadania” (MINAYO, 2009, p.85).

Dadas às especificidades dos indicadores, Nascimento (2018) destaca 10 propriedades que os mesmos devem possuir. São elas: relevância social; validade; confiabilidade; cobertura; sensibilidade; especificidade; inteligibilidade de sua construção e comunicabilidade; factibilidade para obtenção e periodicidade na atualização; desagregabilidade e historicidade, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Propriedades desejáveis dos indicadores sociais

PROPRIEDADES	DESCRIÇÃO
Relevância social	Coerência para explicar a realidade em análise.
Validade	Proximidade entre o conceito e a medida.
Confiabilidade	Qualidade no levantamento dos dados.
Cobertura	Aceitável cobertura espacial ou populacional, representativos da realidade empírica em análise.
Sensibilidade	Competência em refletir mudanças significativas, em momentos nos quais as condições que afetam a dimensão social em estudo se alteram.
Especificidade	Capacidade em retratar alterações ligadas somente às mudanças relacionadas à dimensão social em estudo.
Inteligibilidade e comunicação	Deve ser transparente na metodologia de construção do indicador e facilmente compreensível.
Factibilidade e periodicidade	Ser factível de obtenção a custos acessíveis pelos órgãos de coleta ou pesquisadores, e coletar as estatísticas com periodicidade.
Desagregabilidade	É fundamental que se refiram aos grupos sociais de interesse (população-alvo) dos programas.
Historicidade	Propriedade de se dispor de séries históricas extensas e comparáveis.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Nascimento (2018).

Embora seja difícil encontrar indicadores com todas essas qualidades, é importante escolher o que englobe a maior quantidade de propriedades ou as mais pertinentes. Para Nascimento (2018, p.28), não são em todos os casos que um indicador com “[...] maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais inteligível; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas estas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida”.

Sob a perspectiva histórica, os indicadores sociais são apresentados por Santagada (2007) em quatro etapas de evolução: Anos 60, Década de 70, Anos 80 e Anos 90 até a atualidade.

Na década de 1960 foi dado início a primeira etapa do movimento dos indicadores sociais que surgiram oficialmente, pela primeira vez, nos Estados Unidos, onde os sociólogos norte-americanos foram convocados a investigar os motivos dos conflitos sociais. Os primeiros trabalhos tiveram como suporte o sistema de valores das teorias do bem-estar social, no qual o Estado atua como mediador do bem comum (SANTAGADA, 2007).

Em 1970 se dá a segunda etapa do movimento dos indicadores sociais, na qual muitas instituições mundiais e regionais se empenharam em estudar os indicadores sociais, tendo como exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus organismos especializados. Segundo Santagada (2007 p. 120) foi a partir dessa década que “[...] apareceram e foram planejados, em vários países, uma série de compêndios e estatísticas sociais e de indicadores sociais [...]”.

Nos anos de 1980, a terceira etapa, é considerada por Schrader (2002 apud SANTAGADA, 2007) um momento de paralisação, pois vários países industrializados passaram a dar atenção para a questão econômica e para a orientação conservadora, tirando o foco da política social.

A quarta etapa do movimento dos indicadores se dá a partir da década de 1990 até a época atual, onde ocorreu uma revitalização dos estudos dos indicadores sociais. É na quarta etapa que os indicadores sociais começam a ser preparados e monitorados principalmente pelos órgãos das Nações Unidas e promovidos por diferentes cúpulas, acordos, pactos e conferências.

Vale ressaltar que os indicadores sociais possuem conteúdo informacional com a capacidade de comparar e contextualizar a realidade social (NASCIMENTO, 2018). Escrito isto, os indicadores sociais são, então, elementos que podem fornecer subsídios sobre as potencialidades e fragilidades no que diz respeito ao desenvolvimento de determinada região.

Para Conterato e Fillipi (2009, p. 11) “o desenvolvimento é um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e de aferimento”. Os autores revelam que o desenvolvimento só ocorre quando há mudança em determinada coletividade humana e pode ser medido através das dimensões social, cultural, demográfica e ambiental.

De acordo com Angeon e Callois (2005, p.22, tradução nossa) o “[...] desenvolvimento local baseia-se na capacidade atores locais para se organizar em torno de um projeto, ou seja, para se unir em torno de um objetivo de desenvolvimento comum, mobilizando o potencial e os recursos que existem em um território”.

Segundo Rigueiro (2014, p.18) o desenvolvimento local é uma abordagem

[...] indissociável de iniciativas mobilizadoras e inovadoras dos atores locais e de uma articulação com as potencialidades locais e, por isso, resulta da mobilização das energias da sociedade, cultivando as suas capacidades e potencialidades específicas, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações e pressupondo um trabalho em parceria e cooperação que se centra na comunidade.

Sob o aspecto econômico, Conterato e Fillipi (2009) relatam que o desenvolvimento tem relevância acadêmica quando estão relacionados aos efeitos do Estado de Bem-estar Social.

No contexto do Estado de Bem-estar Social, Dawbor e Pochmann (2004) apresentam três eixos que são estruturadores do desenvolvimento local, que estabelecem um ambiente propício a movimentação do capital para melhorar o planejamento e a gestão no nível local. São eles: o processo de urbanização; o surgimento acelerado das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a emergência das políticas sociais como núcleos centrais de atividades no território local.

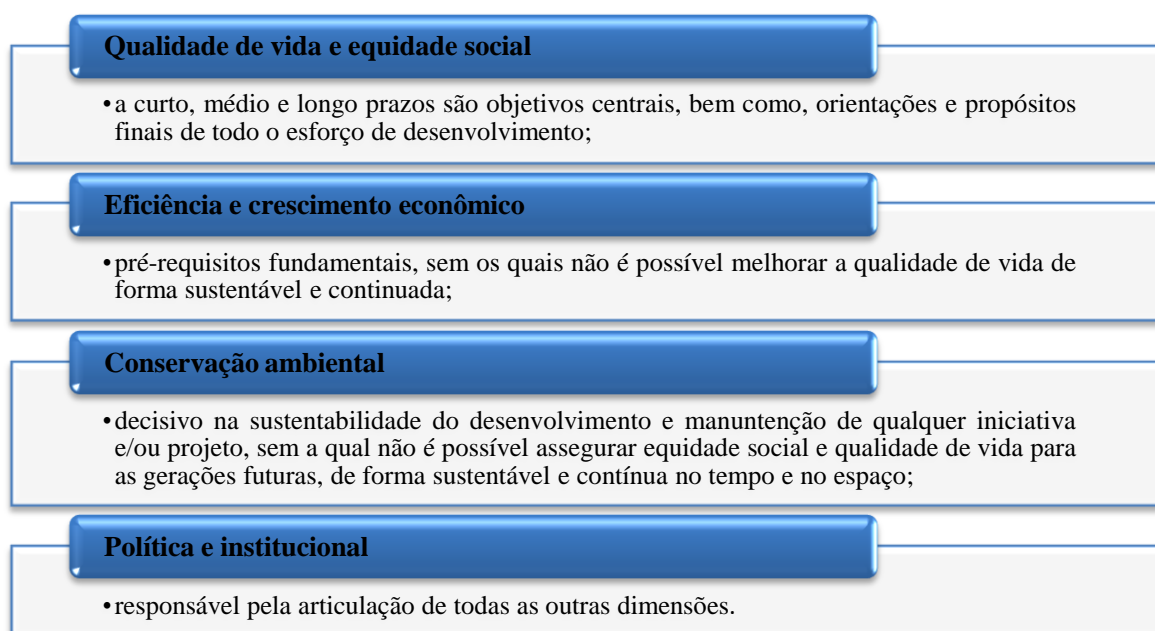
Para Dawbor e Pochmann (2004), no primeiro eixo (processo de urbanização) a população urbana precisa de modelos bem estruturados de utilização de recursos, com vistas ao reequilíbrio social e a sobrevivência ambiental. O segundo eixo configura-se através de novas tecnologias da informação e comunicação sobre a transparência dos atos daqueles que governam. O terceiro eixo aponta para o atendimento das áreas sociais, emerge com força da necessidade de organizações da sociedade civil e a racionalização da gestão local para atendimento das necessidades das comunidades.

Sob esta ótica fica perceptível a ideia de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável (DS) é um conceito fundamental, que ficou conhecido

mundialmente em 1987 a partir da elaboração do Relatório Brundtland¹. O DS segundo Carvalho *et al.* (2015) é formado pelos aspectos econômicos, ambiental e social, e remete sentimentos comuns de liberdade e democracia, levando o mundo a questionar e repensar um futuro em prol do bem comum.

O desenvolvimento sustentável pode ser concebido sob as dimensões econômicas, sociais, ambientais, política e institucional; e cada uma delas apresenta as suas peculiaridades, salientando que a base sustentável só é obtida quando estão bem delineadas, ou seja, é preciso que haja uma comunicação entre as dimensões para que o DS seja efetivado. Partindo dessa premissa, Buarque (1995 apud RIGUEIRO, 2014, p.8) apresenta quatro dimensões do processo de desenvolvimento, conforme Figura 1:

Figura 1 - Dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Baseada em Buarque (1995 apud RIGUEIRO, 2014, p.8)

As dimensões de eficiência e crescimento econômico, preservação ambiental, qualidade de vida e equidade social revelam que a existência por si só de si mesmas, não são capazes de promover o desenvolvimento sustentável, sendo necessária uma quarta dimensão, ou seja, a política e institucional para materializar o desenvolvimento sustentável e até mesmo o desenvolvimento local sustentável.

Carneiro (2013, p. 19) apresenta o conceito de desenvolvimento local sustentável como sendo um processo social de longo prazo, orientado pela eficiência econômica, igualdade social e conservação ambiental, restrito aos atores locais e efetivado a partir das ações destes em suas relações sociais.

Sendo assim, pensar o desenvolvimento local é unir forças e capacidades para enfrentamento das adversidades locais, baseadas em indicadores confiáveis para a promoção da dignidade humana atual com vistas ao uso dos recursos ambientais para atendimento das necessidades econômicas, sociais, políticas, culturais e institucionais no presente com vistas para o futuro.

¹Relatório elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987, chamado “O nosso futuro comum” e que apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável (INEA, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa sobre os indicadores sociais e o desenvolvimento local é uma atividade pautada em dados de cunho secundário como forma de conhecer a realidade de um determinado local. Sendo assim, o estudo encontra bases de investigação na pesquisa descritiva.

No entender de Gil (2008, p.28), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para o autor, a pesquisa descritiva propõe “[...] estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc.”.

3.1 Local da pesquisa

O município de Vitória de Santo Antão está localizado na Região de Desenvolvimento Mata Sul e pertence ao Estado de Pernambuco. Possui área de 335.941 km² e está inserido no bioma Mata Atlântica. É uma cidade que ocupa o 9º lugar no ranking das cidades com maior população do Estado de Pernambuco, com população estimada no ano de 2019 de 138.757 habitantes (IBGE, 2019).

Segundo dados do (IBGE), no ano de 2018 o município de Vitória de Santo Antão possuía 180 escolas de Ensino Fundamental e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para o ano de 2017 foi de 4,2 nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e de 3,5 nos Anos Finais (6º ao 9º ano), estando em situação ascendente em relação à meta do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica em 2022, que é o índice 6 (IBGE, 2018b).

Na área de desenvolvimento relativa à saúde do município de Vitória de Santo Antão no ano de 2017, a taxa de mortalidade infantil média na cidade foi de 8.67 para 1.000 nascidos vivos e as internações devido a diarreias foram de 3.3 para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2017a).

No que diz respeito ao indicador de Trabalho e Rendimento “em 2017, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos, e o percentual de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.6%” (IBGE, 2017b).

3.2 Coleta de dados

Os dados foram de ordem secundária, obtidos a partir da Base de Dados do Estado (BDE), pertencente ao Governo do Estado de Pernambuco, constituída pelos painéis: Economia, Infraestrutura, Social e Território (BDE, 2020).

Também foram utilizados indicadores de áreas de desenvolvimento municipal, pertencentes à base de dados do Sistema FIRJAN, nas áreas de “Emprego e Renda”, “Educação” e “Saúde”, por apresentar dados de publicações recentemente atualizadas (FIRJAN, 2018).

Os dados foram coletados, no mês de setembro de 2020, em séries cronológicas, a partir do ano de 2013 até o ano de 2016, pois nesse intervalo de tempo existem informações contínuas na BDE e na base de dados do Sistema FIRJAN.

3.3 Análise dos dados

A análise de dados foi baseada nas seguintes categorias: Educação (Matrícula inicial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental), Saúde (Estabelecimento de saúde municipal), Emprego e Renda (Número de admissão e desligamento por setor de atividade).

Os dados necessários para execução dessa pesquisa foram extraídos da Base de dados do Estado de Pernambuco e da base de dados do Sistema FIRJAN.

Para a comparação das áreas de desenvolvimento foi utilizado os dados do Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação do grau de desenvolvimento

INTERVALO	GRAU DE DESENVOLVIMENTO
$0,0 \leq \text{Área de Desenvolvimento} < 0,4$	Baixo estágio de desenvolvimento
$0,4 \leq \text{Área de Desenvolvimento} < 0,6$	Desenvolvimento regular
$0,6 \leq \text{Área de Desenvolvimento} < 0,8$	Desenvolvimento moderado
$0,8 \leq \text{Área de Desenvolvimento} \leq 1,0$	Alto estágio de desenvolvimento

Fonte: Adaptado pela autora a partir de FIRJAN (2018).

O índice da área de desenvolvimento possui coeficientes que variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, melhor é o grau de desenvolvimento da área analisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das atuações de desenvolvimento local é um elemento fundamental para a elaboração de políticas públicas e a tomada de decisão. Por outro lado, os indicadores sociais têm papel fundamental no acompanhamento das condições de vida da população, possibilitando informações concretas e orientando as ações de demanda social.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar como os dados referentes à “Saúde”, “Educação” e “Emprego & Renda”, dispostos pela Base de Dados do Estado de Pernambuco e pelo Sistema FIRJAN, retratam o atendimento das necessidades básicas dos munícipes de Vitória de Santo Antão-PE no período de 2013 a 2016.

No que diz respeito às situações de desenvolvimento local com base em dados oficiais, os resultados foram os seguintes:

a) Tratando-se da dimensão de desenvolvimento vinculada a “Saúde”, os achados estão dispostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Estabelecimentos de saúde no município de Vitória de Santo Antão-PE

CATEGORIA DE ANÁLISE				
Estabelecimento de saúde municipal				
TIPOS DE ESTABELECIMENTOS	2013	2014	2015	2016
Hospital geral	5	5	5	5
Hospital especializado	-	-	-	-
Posto de saúde	1	1	1	1
Clínica especializada/Ambulatório especializado	16	18	21	21
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	32	34	33	33
Unidade mista	-	-	-	-
Consultório	30	32	33	38
Unidade de serviço de apoio de diagnósticos e terapia	9	9	10	10
Policlínica	1	1	1	1
Outros	13	15	15	17
Total	107	115	119	126

Fonte: Adaptado pela autora a partir da Base de Dados do Estado (2013-2016)

No Quadro 3, sob o prisma da saúde, as informações da BDE no período de 2013 a 2016, referente ao município de Vitória de Santo Antão - PE, indicam uma evolução no número total de estabelecimentos de saúde, que em 2013 possuía 107 estabelecimentos e em 2016 passou a ter 126, indicando um aumento de 18%. O aumento mais expressivo, porém sucinto, foi referente às “clínicas especializadas/ambulatórios”, que demonstraram crescimento de aproximadamente 32% no ano de 2016 em comparação com o ano de 2013, seguido dos consultórios com aumento de aproximadamente 26% em 2016 em relação ao ano de 2013. Em contrapartida, não houve aumento no número de hospitais, postos de saúde e policlínicas e ainda houve queda no número de Centros de saúde/Unidade básica de saúde no ano de 2015.

b) Para a dimensão da Educação, em referência ao desenvolvimento municipal vitoriense, destacam-se os achados conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Matrícula inicial na Educação no município de Vitória de Santo Antão

CATEGORIA DE ANÁLISE												
Matrícula inicial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental												
ANO	MATRÍCULA INICIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA						MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
	Tipo de ensino	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total	Tipo de ensino	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total
2013	Creche	-	-	43	1.007	1.050	1ª a 4ª série e anos iniciais	-	-	8.831	2.867	11.698
	Pré-escolar	-	-	1.507	1.850	3.367	5ª a 8ª série e anos finais	2.367	-	4.803	2.171	9.341
2014	Creche	-	-	33	1.114	1.147	1ª a 4ª série e anos iniciais	23	-	8.418	3.127	11.568
	Pré-escolar	-	-	1.660	1.819	3.479	5ª a 8ª série e anos finais	1.758	-	5.016	2.216	8.990
2015	Creche	-	-	45	1.130	1.175	1ª a 4ª série e anos iniciais	56	-	8.573	3.345	11.974
	Pré-escolar	-	-	1.578	1.806	3.384	5ª a 8ª série e anos finais	1.377	-	4.897	2.138	8.412
2016	Creche	-	-	45	1.143	1.188	1ª a 4ª série e anos iniciais	65	-	8.278	3.469	11.812
	Pré-escolar	-	-	1.665	1.671	3.336	5ª a 8ª série e anos finais	1078	-	5.588	2.048	8.714

Fonte: Adaptado pela autora a partir da Base de Dados do Estado (2013-2016).

Os dados revelados no Quadro 4 indicam que o setor que mais contribuiu com a Educação Infantil foi a iniciativa privada. O número de matrículas, em creches e pré-escola, em 2013 foi de 4.417 matriculados, sendo 1.560 na rede municipal e 2.857 no ensino privado. Em 2016 o quantitativo de matrículas teve um aumento de 107 matriculados em relação ao ano de 2013 na Educação Infantil, porém o número de matrículas que era maior na rede privada diminuiu 1,5% e na rede pública aumentou aproximadamente 9,6%. O número de matrículas nas creches é notório e inferior na rede municipal, que possui apenas 45 matrículas em relação às creches privadas, as quais possuem quantitativo de 1.143 matriculados. Os níveis estadual e federal não possuem matrículas na Educação Infantil porque não compete a esses entes a oferta deste serviço.

Quanto ao Ensino Fundamental, a rede pública municipal, contribuiu mais do que as redes estadual e privada. Em 2016, 67,56% das matrículas foram na rede municipal, contabilizando 13.866 matrículas de um total de 20.526 em todo o Ensino Fundamental. Em relação ao ano de 2013, que contabilizava um total de 21.039 matriculados, os dados indicam um decréscimo de 2,43% no ano de 2016. Em 2013, de acordo com os dados da BDE, não houve matrículas na rede estadual da 1ª a 4ª série e anos iniciais, porém nos anos de 2014 foram contabilizadas 23 matrículas, em 2015 um total 56 e em 2016 houve 65 matriculados.

c) Tratando-se do desenvolvimento socioeconômico do município de Vitória de Santo Antão, sob o aspecto da dimensão Emprego & Renda foram elencadas as admissões e os desligamentos dos empregos formais como parâmetro da geração de emprego e inserção no mercado de trabalho no quadriênio de 2013-2016, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Admissões e desligamentos no emprego formal

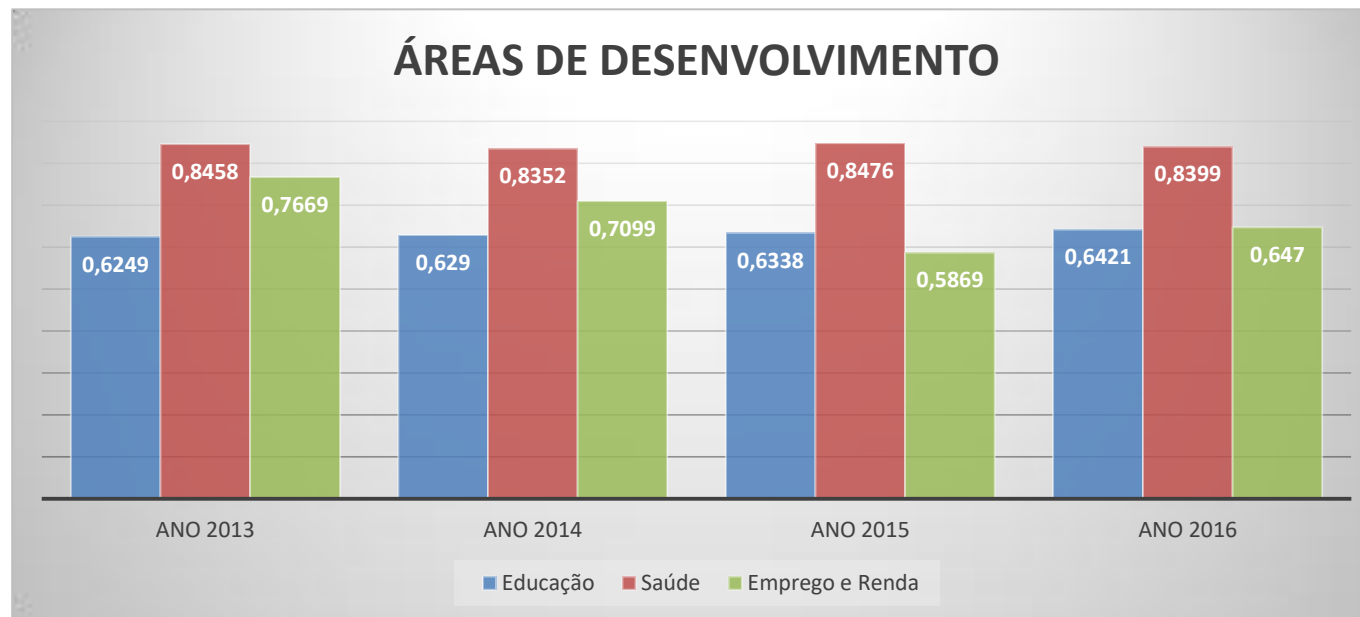
CATEGORIA DE ANÁLISE								
Número de admissão e desligamento por setor de atividade								
SETORES	2013		2014		2015		2016	
	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos	Admissões	Desligamentos
Extrativa mineral	70	63	74	75	64	76	30	30
Indústria de transformação	3.122	2.578	2.731	2.673	2.840	3.044	2.384	2.829
Serviços industriais de utilidade pública	3	3	7	2	5	3	-	8
Construção civil	257	266	254	318	479	336	68	154
Comércio	2.001	1.684	2.158	2.134	2.012	1.989	1.714	1.948
Serviços	1.186	943	1.062	989	1.070	1.087	778	778
Administração pública	-	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	110	130	185	133	114	134	98	110
Total	6.749	5.667	6.471	6.324	6.584	6.669	5.072	5.857

Fonte: Adaptado pela autora a partir da Base de Dados do Estado (2013-2016).

O Quadro 5 mostra que município de Vitória de Santo Antão – PE, possui atividades econômicas bem diversificadas. A maior parte da sua economia é impulsionada pelo setor de indústria, seguida do comércio e serviços, que representam as principais atividades econômicas locais. Segundo a BDE de 2013 a 2016 o setor que mais empregou foi o da indústria de transformação, porém apesar do número expressivo de admissões, o segmento também foi o que mais demitiu, encerrando 2015 e 2016 com mais demissões do que contratações. O setor de administração pública se destaca de forma neutra, pois não houve admissões e desligamentos nesses quatro anos. Outro setor que se destaca é o de serviços industriais de utilidade pública que no ano de 2016 não contratou, só demitiu.

Sobre a evolução de indicadores sociais para o Município de Vitória de Santo Antão-PE, os achados estão dispostos na Figura 2.

Figura 2 – Evolução dos indicadores sociais do Município de Vitória de Santo Antão-PE entre 2013 e 2016.



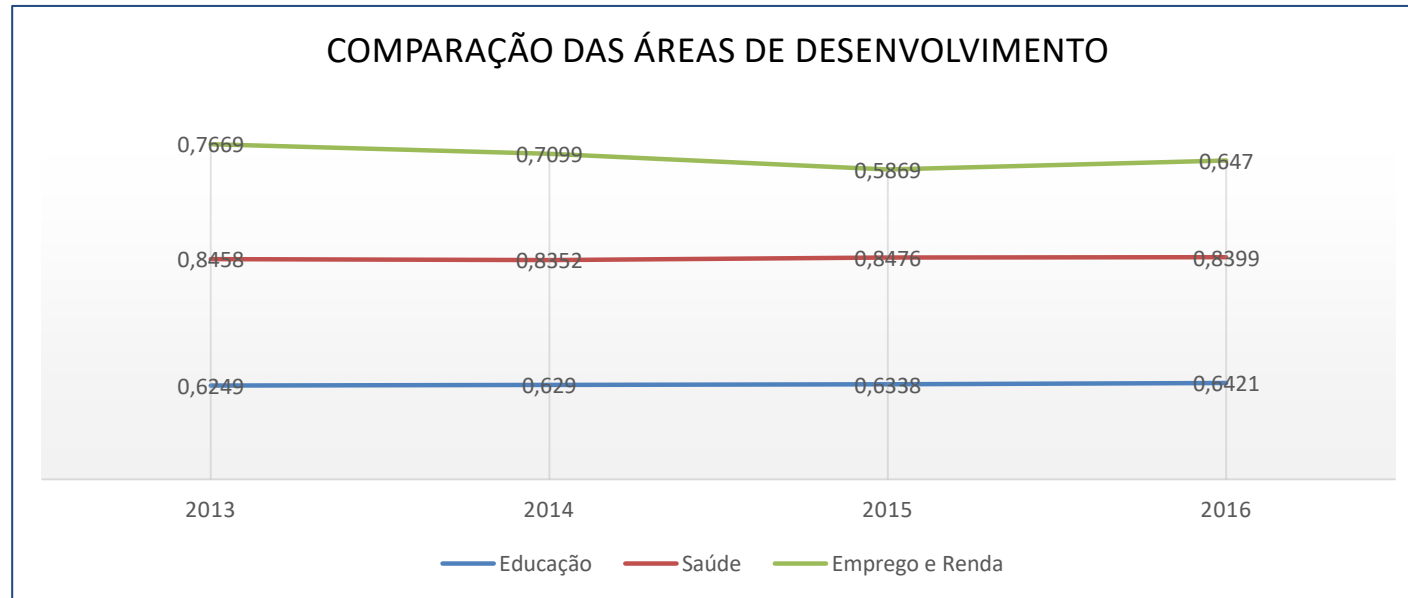
Fonte: Adaptado pela autora a partir do Índice Firjan: Vitória de Santo Antão (2013-2016).

A Figura 2 apresenta três áreas de desenvolvimento entre os anos de 2013 a 2016. No tocante a dimensão “Educação” percebe-se um aumento linear de quase 3% entre o primeiro ano e o último ano da coleta de dados. A dimensão “Saúde” apresenta três momentos de inflexão, isto é, mudança de curvatura: a primeira curva iniciada em 2013 até 2014 é decrescente; a segunda curva iniciada em 2014 e terminada em 2015 é crescente; já a curva iniciada em 2015 e concluída em 2016, tem caráter decrescente. Esta dimensão apresenta índice negativo de 0,7% entre

2013 e 2016. A dimensão “Emprego e Renda” apresenta uma curva decrescente entre 2013 a 2015, porém, volta a subir entre 2015 e 2016. Percebe-se na dimensão “Emprego & Renda” uma perda de campo de trabalho e geração de renda na ordem de 16%, entre o início e o fim da coleta de dados.

Ao comparar dados dos indicadores e/ou das áreas de desenvolvimento dispostos no Sistema FIRJAN, com vistas ao atendimento das necessidades básicas dos munícipes vitorienses, encontraram-se os seguintes resultados, conforme Figura 3.

Figura 3- Indicadores das áreas de desenvolvimento do Município de Vitória de Santo Antão-PE entre 2013 e 2016



Fonte: Adaptado pela autora a partir do Índice FIRJAN: Vitória de Santo Antão (2013-2016).

A análise dos dados apresentados na Figura 3, foi baseada nas categorias de classificação disposta no Quadro 2. Partindo dessa premissa verificou-se que o grau desenvolvimento da dimensão Educação, no município, é moderado e apresenta melhorias no decorrer dos anos analisados, porém, continua no mesmo grau de desenvolvimento com o passar do tempo. A dimensão Saúde é a área com o melhor grau de desenvolvimento entre 2013-2016, e de acordo com a categoria de classificação, o grau da dimensão Saúde no município é considerado alto estágio de desenvolvimento. Tratando-se da área de desenvolvimento Emprego & Renda entre 2013 e 2014, apesar da curva decrescente, apresenta grau de desenvolvimento moderado. Porém, em 2015 o grau passou a ser regular e em 2016 mesmo abaixo do índice de 2013 e 2014 voltou a apresentar grau de desenvolvimento moderado.

As dimensões Educação e Emprego & Renda revelam que há descompasso ou falhas nas ações governamentais municipais adotadas para as respectivas dimensões de desenvolvimento.

Os resultados apontam que deve ser dada maior atenção as dimensões de Educação e Emprego & Renda, visto que todas as três dimensões devem estar no mesmo patamar de desenvolvimento e próximas do intervalo de grau 1, caso contrário passa a ser um indicativo de retrocesso no atendimento das necessidades básicas dos munícipes vitorienses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “Indicadores sociais e desenvolvimento local: o caso do município de Vitória de Santo Antão-PE” teve por objetivo investigar como os dados referentes à “Saúde”, “Educação” e “Emprego & Renda”, dispostos pela Base de Dados do Estado de Pernambuco e pelo Sistema Firjan, retratam o atendimento das necessidades básicas dos munícipes de Vitória de Santo Antão-PE no período de 2013 a 2016.

Para responder o questionamento da pesquisa sobre a forma que os indicadores de “Saúde”, “Educação” e “Emprego & Renda”, disponibilizados por bancos de dados oficiais, refletem o atendimento das necessidades básicas no Município de Vitória de Santo Antão no período de 2013 a 2016, o achados foram os seguintes:

a) As situações identificadas de desenvolvimento local com base em dados oficiais revelam que na dimensão “Emprego & Renda” houve mais admissões em empregos formais no ano de 2013 do que nos demais anos da série e as demissões mais expressivas ocorreram em 2016, pois foram fechados 785 postos de trabalhos formais. Já a dimensão “Saúde” apresentou um aumento de 19 estabelecimentos de saúde. A dimensão de desenvolvimento “Educação” revela que o setor privado tem contribuído mais com matrículas na Educação Infantil do que o município vitoriense.

b) No que diz respeito à evolução de indicadores sociais para o Município de Vitória de Santo Antão-PE, percebeu-se que a dimensão “Educação” apresenta escala ascendente em relação ao período inicial da série em estudo. A dimensão “Saúde” apresentou uma leve queda no índice, porém sem comprometer a oferta de serviços de saúde. Em se tratando da dimensão “Emprego & Renda”, percebe-se redução nas atividades de geração de emprego e renda.

c) Na comparação dos dados dos indicadores e/ou das áreas de desenvolvimento dispostos no Sistema FIRJAN, com vistas ao atendimento das necessidades básicas dos munícipes vitorienses as dimensões “Educação” e “Emprego & Renda” apresentam grau moderado de desenvolvimento e a dimensão “Saúde” apresenta alto grau de desenvolvimento.

Com esta pesquisa conclui-se que o indicador social da dimensão “Saúde” retrata atendimento adequado à população de Vitória de Santo Antão-PE, porém, as dimensões de “Educação” e “Emprego & Renda”, merecem atenção quanto ao redimensionamento ou novas propostas de políticas públicas com vistas ao aumento desses índices e, assim, atender de forma eficiente e eficaz, às necessidades básicas da sociedade vitoriense e desta forma efetivar o desenvolvimento local.

Por fim, sugere-se que outros pesquisadores se debruçam sobre a temática, tendo em vista que essa pesquisa tem caráter inicial e há necessidade de novas pesquisas. É fundamental considerar a importância dos indicadores no contexto de análises de desenvolvimento local, pois possibilitam que os atores sociais e comunidade local percebam as mudanças que ocorrem no município e trabalhem para melhorar a realidade local.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. M; FARIA, A. Desenvolvimento local versus projeto de globalização neoliberal: refletindo sobre cidades orientadas ao mercado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n.1, p.84-100, jan./fev., 2019.

Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v53n1/pt_1982-3134-rap-53-01-84.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

ANGEON, V.; CALLOIS, J. M. Fondements théoriques du développement local : quels apports du capital social et de l'économie de proximité ? **Économie et institutions** [En ligne], n.6-7, p.19-49, 1^{er} et 2^e semestres, 2005. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/ei/890>. Acesso em: 10 out. 2020.

BARDEN, J. E. **Indicador social para o Rio Grande do Sul**: uma análise a partir da abordagem das capacitações. 2009. 211 f. Tese (Doutorado em Economia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17340/000714836.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Página inicial. Disponível em:

http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx. Acesso em: 18 jan. 2020.

BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Social**: Trabalho. Admissões e desligamentos no emprego formal, por setores de atividades (2013-2016). Disponível em:

http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1234&Cod=3. Acesso em: 2 set. 2020.

BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Social**: Saúde. Recursos de saúde: Estabelecimentos de saúde, por tipo (2013-2016). Disponível em:

http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=1405&CodInformacao=1011&Cod=3. Acesso em: 2 set. 2020.

BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Social**: Educação. Educação Infantil: Matrícula inicial na Educação Infantil, por dependência administrativa, segundo o tipo de ensino (2013-2016). Disponível em:

http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=812&Cod=3. Acesso em: 2 set. 2020.

BASE DE DADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Social**: Educação. Ensino Fundamental: Matrícula inicial no Ensino Fundamental, por dependência administrativa (2013-2016). Disponível em:

http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=978&CodInformacao=813&Cod=3. Acesso em: 2 set. 2020.

CARNEIRO, V. C. V. **Capital social e desenvolvimento local sustentável**: uma análise do arranjo produtivo local de Santa Cruz do Capibaribe-PE. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração, Recife, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11023/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Virg%C3%ADnia%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020.

CARVALHO, N. L.; KERSTING, C.; ROSA, G.; FRUET, L.; BARCELLOS, A. L. Desenvolvimento sustentável x desenvolvimento econômico. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 3, p. 109-117, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/17768/pdf>. Acesso em: 6 set 2020.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad003.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <http://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. IFDM (Ano base 2018) Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Vitória de Santo Antão-PE (Ano 2013). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PE&IdCidade=261640&Indicador=1&Ano=2013>. Acesso em: 2 set. 2020.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Vitória de Santo Antão-PE (Ano 2014). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PE&IdCidade=261640&Indicador=1&Ano=2014>. Acesso em: 2 set. 2020.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Vitória de Santo Antão-PE (Ano 2015). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PE&IdCidade=261640&Indicador=1&Ano=2015>. Acesso em: 2 set. 2020.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Vitória de Santo Antão-PE (Ano 2016). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PE&IdCidade=261640&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 2 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INEA. **Educação ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública**. Rio de Janeiro: INEA, 2014. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Guia-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vitória de Santo Antão. **Panorama. Território e ambiente** (2019). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama>. Acesso em: 8 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vitória de Santo Antão. **Panorama. Educação** (2018b). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama> . Acesso em: 8 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vitória de Santo Antão. **Panorama. Saúde** (2017a). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama> . Acesso em: 8 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vitória de Santo Antão. **Panorama. Trabalho e Rendimento** (2017b). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/vitoria-de-santo-antao/panorama> . Acesso em: 8 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v.33, supl.1, p.83-91, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Economia**, Brasília [DF], v.9, n.1, p.1–21, jan./abr., 2008. Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol9/vol9n1p1_21.pdf. Acesso em: 17 dez. 2019.

NASCIMENTO, T. S. **Indicadores sociais: noções básicas**. Maranhão: IMESC, 2018. Disponível em: <https://egma.ma.gov.br/files/2018/07/IMESC-INDICADORES-SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpex, 2009.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.3-4, p.80-90, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a09v1734.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

RIGUEIRO, I. C. **Desenvolvimento local sustentável: Uma abordagem à sustentabilidade dos projetos de empreendedorismo social**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo)- Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Faculdade de Economia de Coimbra, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25685/3/Tese%20-%20In%C3%AAs%20Rigueiro.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, Pelotas, n.1, p.113 - 142, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/3764/3051>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.